	Ação Educativa
	Documentação
Código:	08.04.03
	<i>Abn jov ~</i>
	Data: 19/05/99.

OS JOVENS COMO FOCO DAS AÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Comunicação no II Seminário Juventude, Metrópole e Violência”, do Núcleo de Estudos do Depto. de Antropologia da PUC.

Dia 08 de abril de 1999

Helena Wendel Abramo

Introdução

Tem crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos na sociedade brasileira, tanto por parte da opinião pública como por parte de certos atores sociais. No entanto, a visibilidade dos jovens é ainda muito incompleta e ambígua, e a atenção, incipiente e precária. E ambas marcadas por um ângulo pouco positivo a respeito dos jovens. Os jovens são vistos fundamentalmente como problema: como fruto, sinal e ameaça de uma desordem social: principais vítimas de uma situação de crise, são também vistos como seus promotores, com conseqüências desastrosas para si próprios e para a sociedade.

A minha questão central é que, por mais que se fale atualmente, e cada vez mais, em tornar os jovens sujeitos de direitos, de fato há uma grande dificuldade de considerar os jovens como sujeitos com quem se pode desenvolver uma interlocução, como sujeitos capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de contribuir para a solução dos problemas.

São tomados muito mais como alvo de uma ação de resgate ou controle dos problemas que sofrem ou provocam do que como atores capazes de se pronunciar ou intervir a respeito desses problemas.

Para desenvolver essa argumentação vou apresentar alguns dados levantados numa pesquisa que está sendo desenvolvida em parceria entre Ação Educativa (Organização não governamental voltada para informação e assessoria em educação e juventude), a Profa. Marília Sposito, da Fac. de Educação da USP, e o Prof. Sérgio Haddad, da PUC. No interior dessa pesquisa foi montada uma Base de Dados sobre Juventude, composta de vários bancos (um bibliográfico, outro específico de teses acadêmicas, outro de notícias da imprensa e outro de experiências, que reúne ações desenvolvidas por jovens e ações dirigidas a jovens; e ainda um cadastro de entidades juvenis e de entidades que atuam com jovens).

Explicação técnica:

- O Banco de Notícias foi feito a partir de levantamento do Clipping Lux Jornal, que separou as notícias referentes a jovens em 42 periódicos de todo o país (com concentração da região SE), durante os anos de 1995 e 1996. O nosso universo de interesse é a juventude propriamente dita, ou seja, da adolescência para a frente, não abarcando o universo das crianças, a não ser quando indiferenciada da adolescência.
- Foram levantadas 5.677 notícias nesse período.
- Destas notícias foram destacadas as ações desenvolvidas no universo juvenil (tanto as desenvolvidas por jovens como as dirigidas a eles) que foram reunidas no Banco de Experiências.

São os dados levantados por esses bancos, principalmente o de ações dirigidas a jovens, que eu vou apresentar aqui. É necessário ressaltar que o universo da pesquisa, então, não é relativo ao campo das ações que se desenvolvem no Brasil, mas ao campo das ações que foram noticiadas pela imprensa, dentro desses periódicos pesquisados.

I - Visibilidade na imprensa

Tabela 1 :

Ocorrências de temas das notícias

Situação de risco	1.378
Ações sociais	1.187
Delinquência juvenil	1.025
Pobreza	851
Trabalho	800
Saúde	783
Educação	773
Leis e direitos	751
Comportamento	746
Violência	728
Arte e cultura	707
Participação	474
Lazer	469
Drogas	413

Uma breve observação do quadro referente à ocorrência de temas nas notícias nos indica como os jovens têm sido tematizados na imprensa: destaca-se, em primeiro plano, os problemas vividos ou representados pelos jovens, principalmente aqueles que representam uma situação de risco - para si próprios e para a sociedade.

1 - Situação de risco é o tema que mais aparece. Na situação de risco estão incluídos: a situação de rua, a mendicância, o abandono, o desaparecimento e o tráfico de crianças e adolescentes, a prostituição, o trabalho escravo etc.

Explicação técnica: as notícias foram classificadas com termos múltiplos: por isso há maior número de termos que de notícias. Cada notícia pode ter mais de um tema. Por isso essa não é uma distribuição absoluta. Os temas podem se sobrepor. A leitura tem que ser

feita em termos de ocorrências: em 1378 notícias, ou em 23, 5% das notícias, “situação de risco” foi um dos temas.

Conservamos os termos que apareceram na imprensa, porque aqui nos interessa ver como se dá a tematização.

Logo abaixo vem delinquência juvenil (que compreende infração, criminalidade, tráfico de drogas por um lado e ação de gangues e comportamentos disruptivos por outro).

Numa outra ordem de grandeza, mas compondo-se com a representação dos problemas juvenis, estão violência e drogas: esses são temas que não param de crescer na atenção da imprensa, muitas vezes super dimensionados, como apontam várias pesquisas em andamento. É um tema que mobiliza grandemente a opinião pública, e que tem gerado uma espécie de pânico social relativo aos jovens.

2 - A pobreza dos jovens também aparece com grande destaque: uma das grandes preocupações é com a situação de carência que atinge grande parte dos jovens (e que, de certo modo, os leva aos problemas citados).

3 - Em segundo lugar no interesse da imprensa estão as ações sociais dirigidas a lidar com esses problemas: opiniões sobre o que é necessário fazer para diminuir ou combater os problemas, as soluções encontradas, as denúncias de falta de ações ou as “experiências exemplares”.

4 - Num terceiro plano, vêm os temas relativos às necessidades básicas ou o leque básico dos direitos fundamentais dos jovens: educação, trabalho, saúde. Aqui também boa parte das notícias se refere ao enfoque problemático dos cumprimentos dessas necessidades: quadros da baixa escolarização, da baixa qualidade de ensino, da defasagem e expulsão dos alunos no sistema escolar; a questão do trabalho infantil: os problemas ligados à sexualidade, como gravidez precoce, as DST etc.

Depois vem o tema das Leis e Direitos, que se refere fundamentalmente à discussão sobre o ECA, sua implementação, as propostas, denúncias e ações ligadas à defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

5 - Só num 5º plano vêm os temas ligados a atividades mais positivas desenvolvidas pelos jovens como arte, cultura e lazer.

6 - E num último plano, se tomado de modo isolado, o tema da participação dos jovens: e mesmo assim, muitas vezes trata-se de artigos, levantamentos, assinalando a baixa participação e o desinteresse dos jovens, em eternas comparações com as gerações dos anos 60, na afirmação contrastante de que aquela era mais participativa, mais combativa, mais idealista.

Na verdade, com esse quadro pode-se fazer a seguinte leitura, que é o esquema explicativo geral que está presente hoje em dia na nossa sociedade, adotado pela maior parte daqueles que se ocupam deste assunto:

Os jovens são parte das principais vítimas atingidas pela pobreza, pela sua especial vulnerabilidade; a pobreza leva à dificuldades de uma inserção completa e sadia à sociedade, acarretando situações e condutas de risco, problemas de comportamento, e saúde, que resultam na exclusão desses jovens e no desenvolvimento, por eles, de atitudes anti-sociais e disruptivas com relação à sociedade. É preciso então, desenvolver ações que os resgatem dessas situações. Os jovens aparecem, assim, como uma das principais vítimas ao mesmo tempo que promotores da crise social.

Um trecho de um artigo sobre políticas para a juventude no Brasil, que faz parte da publicação do CNPD, (de 1997), que visa detonar o processo de formulação de políticas públicas para a juventude¹, ilustra bem esse argumento: "... as situações de exclusão e a limitação de oportunidades têm como conseqüências, geralmente, a delinqüência, a

¹ CNPD, 1997. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*.

prostituição, o uso de drogas, o envolvimento com atividades ilícitas, com forte impacto sobre a saúde e a segurança”².

A grande questão que se coloca então é : como promover a inserção social desses jovens, para que escapem à exclusão e deixem de se constituir em ameaça para a estabilidade social e política. A questão que abre o outro artigo dessa mesma coletânea que trata das políticas para jovens é a seguinte: “como avaliar as ameaças ao processo de democratização da sociedade, quando se trata da questão da incorporação da juventude aos sistemas econômico e político”³.

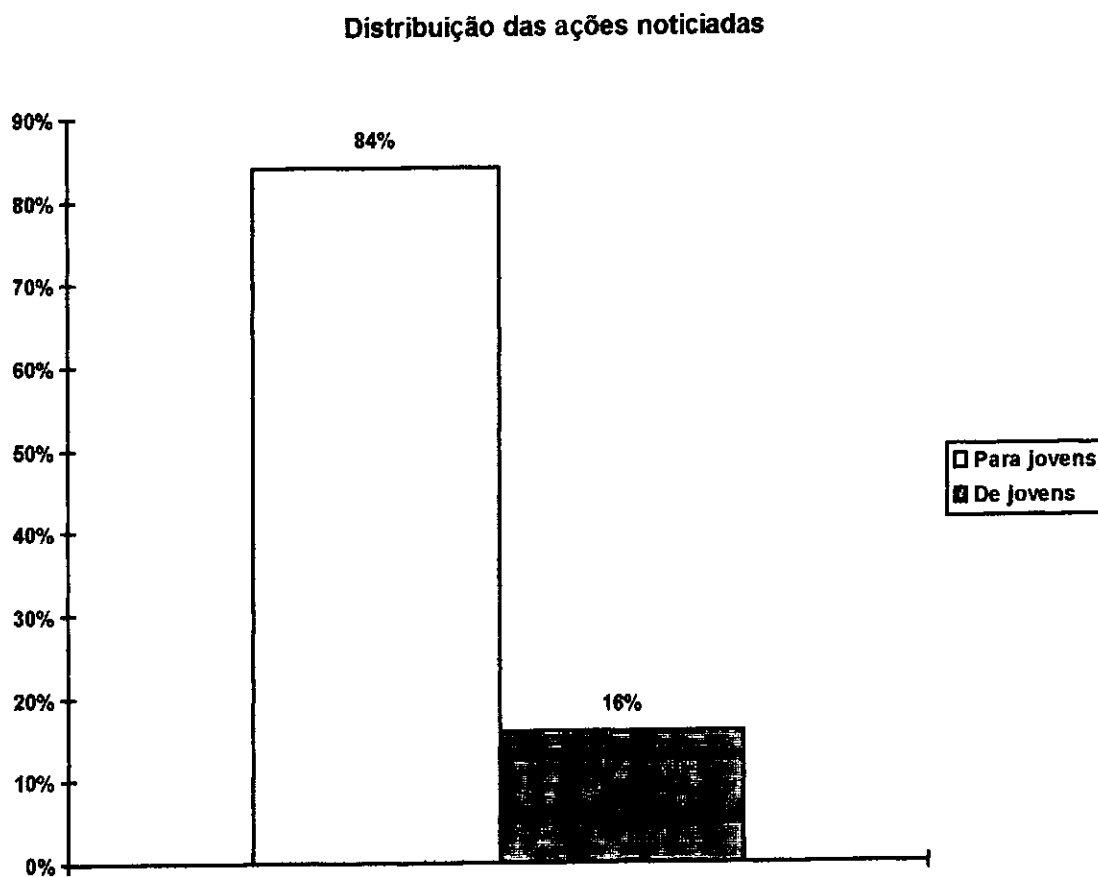
Ou seja, os jovens não aparecem, ou aparecem muito pouco, como atores a dizer ou fazer algo sobre a situação que monta esses problemas, mas como alvo de intervenção externa para que eles mesmos não se tornem problemas para a sociedade.

² Rua, Maria das Graças - As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD, 1997. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Pg 737.

³ Sola, Lourdes - Juventude, comunidade política e sociedade civil. In: CNPD, 1997. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Pg 753.

II - As Ações na Imprensa

Tabela 2 - Distribuição das ações noticiadas



Vamos agora centrar nossa análise nas ações dirigidas aos jovens que foram noticiadas pela imprensa .

Contamos 1.370 ações , das quais 1.150 são dirigidas a jovens e apenas 220 ações desenvolvidas por jovens.: o que reforça a idéia de que os jovens têm sido vistos muito mais como alvo de intervenção do que como sujeitos de ação pública.

Explicação técnica: Como *ações de jovens* foram computadas todas aquelas ações, atividades ou práticas protagonizadas por jovens envolvendo alguma forma de agir coletivo. Este banco foi analisado pela Profa. Marília Sposito, e talvez ela fale alguma coisa sobre ele na exposição de hoje à noite.

A minha análise se fará sobre o banco de ações dirigidas a jovens, que também faz parte do material que estou analisando na minha tese de doutorado.

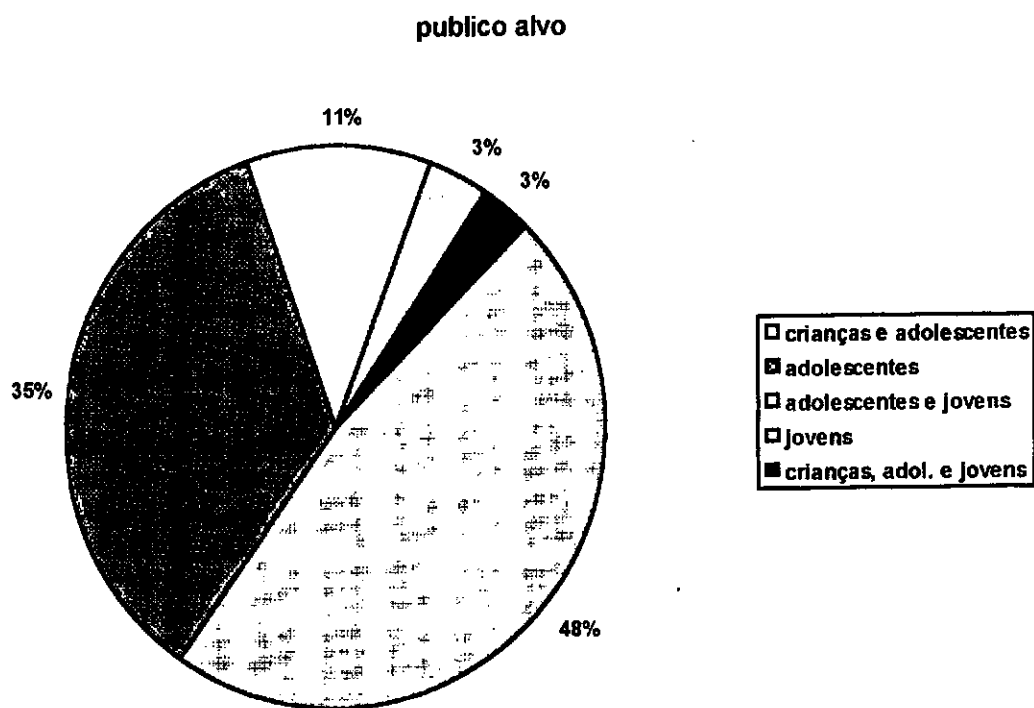
Como *ações para jovens* foram computadas tanto as políticas dirigidas aos jovens como as prestações de serviço e atendimento de diversos tipos, desenvolvidas tanto no campo público como no privado, assim como as ações da sociedade civil, de caráter convocatório, de participação ou diálogo. Não foram computadas ações do mercado, como lançamento de produtos para público juvenil ou ações corriqueiras da educação formal (abertura de matrículas etc).

III - Público alvo

A primeira questão que eu quero levantar na análise deste banco é a relativa à indefinição e ambigüidade na própria focalização da juventude:

Público alvo das ações (faixa etária)

crianças e adolescentes	505
adolescentes	377
adolescentes e jovens	118
jovens	37
crianças, adolescentes e jovens	34



A primeira evidência é que o público principal das ações dirigidas aos jovens na verdade não são de fato os jovens, pois a faixa etária que mais aparece é aquela formada pelo conjunto indiferenciado de crianças e adolescentes, que somam quase metade das ações.

Isso pode ser explicado pela maneira como a questão da juventude tem sido tematizada nas últimas décadas no Brasil, a partir da luta em torno dos direitos da criança e do adolescente e da consolidação do ECA. Tal categoria passa, assim, a ter grande relevância social, sendo, muitas vezes, tomada como substitutivo da noção de juventude.

Assim os jovens, para além dos 18 anos, são apenas de modo muito marginal alvo de atenção; quase que não existe uma consideração de sua especificidade como faixa etária: ou são tomados como parte do conjunto de adultos, ou, indiferenciadamente junto a adolescentes e crianças: e mesmo nessa forma, muito pouco.

De certo modo, é essa história do tratamento da questão da juventude no Brasil que explica também a atenção muito maior dada aos adolescentes que aos jovens: é a noção de maioridade legal que ainda estrutura a identificação do limite final da juventude nos projetos e serviços de atendimento, e a concepção da adolescência como fase de formação, e vulnerabilidade, que exigem cuidados e proteção especial. Para além da maioridade legal, os jovens são tratados de modo indiferenciado do conjunto dos adultos, mesmo que tenhamos dados hoje mostrando que a sua vulnerabilidade, por exemplo no que se refere à violência, seja ainda maior que na adolescência (principalmente para jovens do sexo masculino e moradores das áreas empobrecidas dos grandes centros urbanos); do mesmo modo que sabemos que sua formação, nesta idade, está longe de estar completa e que a maioridade legal só muito raramente seja acompanhada pela aquisição dos requisitos para a autonomia e independência financeira, afetiva, familiar. A falta de foco sobre os jovens é, assim, uma lacuna para ser investigada com mais profundidade.

Pode-se dizer, assim, que o grande foco sobre a juventude, no Brasil, está na adolescência. Isso é uma situação peculiar do Brasil, pelo menos em comparação com os países europeus e latino americanos. O relatório preparado por uma consultora da UNESCO para a OIJ (Organização Iberoamericana de Juventude), em 1995, sobre as políticas de juventude no Cone Sul, aponta essa peculiaridade: a autora afirma que o Brasil é o único

país do Cone Sul em que não há uma institucionalidade para políticas de juventude (não há nenhum organismo responsável, nem políticas que consideram a juventude como público específico) A única política integral é o ECA, e essa é dirigida ao conjunto de crianças e adolescentes: a relatora acaba se perguntando se no Brasil não há jovens propriamente ditos ou se aqui o ciclo de transição é tão rápido que só é possível falar de adolescência, e não de juventude⁴.

Público Alvo (categorias)

Categorias	nº de ocorrências
situação de risco	490
sit. de rua	180
risco geral	126
assistidos	83
infratores	39
drogadicotos	21
prostituição	14
abandonados	11
vítimas de violência	11
carentes	289
estudantes	130
trabalhadores	38
sem esp.	161

Classificamos também o público alvo por categorias, quando elas eram citadas nas notícias.

- O que fica evidente aqui é que são as situações de risco o que mais concentram as ações, principalmente a situação de rua, mais do que a questão da carência. São as situações urgentes e dramáticas da extrema exclusão que movimentam a maior parte das ações. Evidentemente, isso também está ligado à história recente da luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, onde os meninos de rua e as demais situações

⁴ Launarga, Maria Elena: Las Políticas de juventude en la subregion Cono Sur.

de risco foram o principal foco detonador desse processo; muitas entidades de defesa e atendimento se criaram nesse processo. O próprio esforço de implementação do ECA impulsiona também a estruturação de ações voltadas para esse público.

- Por outro lado, esse é um tema que também atrai a atenção da imprensa: pode estar sendo sobre valorizado pela imprensa, não significando necessariamente que existam mais ações dirigidas a esse público que a outros.
- E ainda num outro ângulo, isso revela também o rumo, que nos últimos anos se acentua, que vem tomando as políticas sociais no Brasil (e não só no Brasil): a focalização nos grupos mais desvalidos em vez de políticas de caráter universalistas.

Os dados presentes no artigo já citado de Maria das Graças Rua sobre políticas de juventude no Brasil reforçam essa percepção. Um levantamento dos programas do governo federal dirigidos à juventude feito pela autora constatou o seguinte:

- Programa Brasil Criança Cidadã (da Secretaria de Assistência Social): atenção à criança e adolescente em situação de risco - de 7 a 17 anos.
- Política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente: 12 a 18 anos. (CONANDA)
- PROSAD (programa de saúde do adolescente) (Min. da Saúde)
- Alfabetização Solidária: 12 a 18 anos (Comunidade Solidária)

Os únicos dois programas citados no artigo que atingem uma faixa acima dos 18 anos são o Universidade Solidária e o PLANFOR, dirigido a trabalhadores entre 15 e 30 anos.

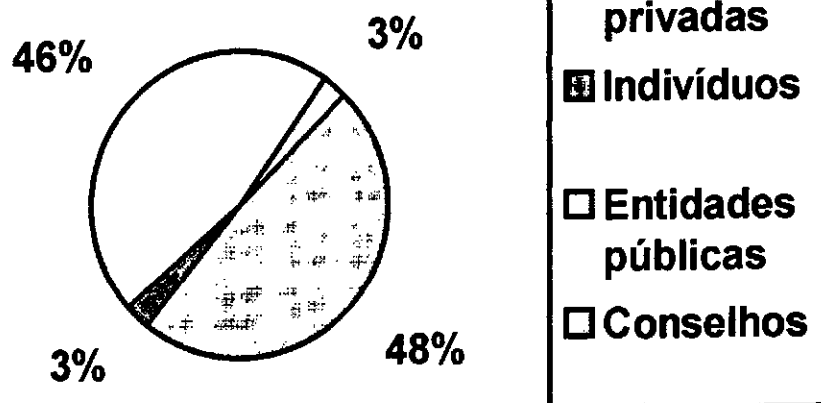
IV - Os sujeitos da ação

Quem dirige ações aos jovens ?

1 - Há praticamente um equilíbrio entre o campo governamental e o privado.

Sujeitos das ações

Entidades privadas	650
Indivíduos	38
Entidades públicas	630
Conselhos	38
Total	1.356



2 - No campo público:

Constata-se uma predominância da esfera estadual (destaque especial para as instituições de atendimento, principalmente as de recolhimento de infratores, que sempre estão sob a mira da imprensa).

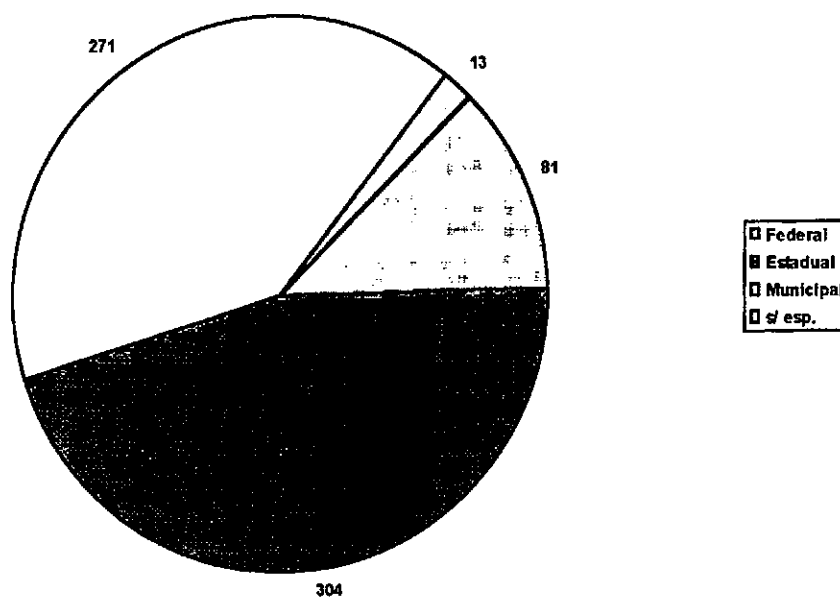
No âmbito municipal, é maior o peso do executivo.

Ressalta a pouca importância do judiciário e do legislativo; é necessário fazer um destaque para os conselhos (tutelares e de defesa), impulsionados pela aplicação do ECA.

Classificação dos sujeitos do campo público

Federal	Estadual	Municipal	s/ esp.	Total
81	304	271	13	668

Sujeitos do campo público



3- Campo privado

Classificação das entidades do campo privado

Instituição	152
ONG	139
Associação	120
Empresa	61
Fundação	54
Confessional	37
Organismo Internacional	29
Grupo	24
Sindicato	17
Movimento Social	11
Partido Político	3
Total	649

São principalmente as instituições, a maior parte delas de atendimento ou educacionais; as ONGs dos mais variados tipos e as Associações (principalmente as filantrópicas e as empresariais) que se destacam.

As empresas também têm grande presença (as Fundações são também muitas delas empresariais).

Outro destaque são as entidades confessionais - que tem uma longa tradição nesse campo.

Os organismos internacionais comparecem principalmente pelas suas ações de financiamento, ou de parcerias com entidades nacionais; um dos focos da atuação desses organismos no Brasil é a questão dos meninos de rua ou, mais genericamente, a da infância carente.

Pode-se também fazer uma soma entre a categoria dos Grupos e a das Ongs, percebendo que elas formam um contingente significativo: é a presença do que alguns chamam de “terceiro setor”, que tem um papel de destaque nesse campo.

Uma coisa chama a atenção: a pouca mobilização dos atores do mundo dos movimentos sociais ou reivindicatório, como os sindicatos: juntos, não chegam a 30 ocorrências, mostrando que esse é ainda um tema distante das preocupações do campo reivindicatório e político (o que também é confirmado pela insignificante participação dos partidos políticos); ou, é sempre bom ressaltar, que as ações empreendidas por tais sujeitos não adquirem visibilidade na imprensa.

V - Tipos de Ação

Temas das ações

Pobreza	274
Situação de risco	351
Delinquência	83
Violência	48
Educação e trabalho	306
Educação	274
Arte e cultura	226
Trabalho	208
Saúde	148
Esporte	88
Lazer	84
Família	67
Religião	45
Comportamento	42
Ações sociais	591
Participação	124
Leis e legislação	83
Políticas públicas	42

Aqui escolhemos apresentar os dados relativos ao tema das ações dirigidas a jovens por blocos que, de certo modo, se referem aos campos já citados: a identificação do público alvo, das questões, e do caráter das ações.

1 - O primeiro bloco apenas confirma a constatação já feita sobre o público alvo; os problemas visados são principalmente a pobreza, as situações de risco, a delinquência e a violência.

2 - No bloco de questões em torno das quais giram as ações, ressalta a preocupação com a educação, principalmente no que se relaciona com a preparação para o mundo do trabalho.

O tema *educação e trabalho* (composto pelas questões relativas à aprendizagem e capacitação profissional, ensino profissionalizante e estágios de formação profissional) é focado por mais de ¼ das experiências (26,65). O tema da educação, por sua vez, ocorre em quase um quarto delas (23,85).

Isso parece indicar uma forte preocupação com a incapacidade do sistema educacional formal de responder satisfatoriamente às necessidades de formação social e profissional dos jovens ou de extensos segmentos dos jovens (como vimos anteriormente, aqueles dos setores mais carentes e/ou atingidos por diferentes situações de desvantagem e risco social). Nesse sentido, a maior parte das ações dirigidas a jovens visa oferecer um canal de formação, seja em substituição à escola formal da qual o jovem está excluído ou na qual tem dificuldades de se manter presente ou acompanhar no ritmo adequado, seja como reforço ou complemento à educação que aí recebe. Por outro lado, parece claro que uma das preocupações centrais é com as possibilidades de inserção dos jovens no mundo do trabalho, inserção para a qual tem de ser montados mecanismos de apoio, uma vez que a preparação educacional que recebem não é suficiente para torná-los aptos a competir por vagas no mercado (ainda mais num quadro de crescente desemprego e competição pelas vagas existentes), ou ainda porque a urgência de auferir algum tipo de renda não comporta a espera por uma formação escolar mais avançada.

No tema educação e trabalho a concentração das ações vai para a aprendizagem profissional, que buscam dar alguma capacitação para que os jovens entrem no mercado de trabalho. No tema do *trabalho*, que também aparece com destaque, é principalmente a necessidade de encontrar algum tipo de atividade que represente ganho de renda que concentra a preocupação; esta preocupação é bem maior que aquela com as condições do trabalho juvenil (exploração, fiscalização, trabalho informal, trabalho em regime de escravidão). É também baixa a preocupação com a situação e a geração de empregos para os jovens.

O tema do trabalho aparece então, em muitos casos, como modo de possibilitar aos jovens a diminuição de sua situação de carência ou mesmo de discipliná-los através de

atividades produtivas, como forma de evitar a queda em situações de risco (um enfoque clássico no tratamento dos jovens despossuídos, como apontam Alvim e Valladares⁵).

Esse é, digamos, o eixo central que orienta as ações, para responder ao problema formulado como principal, que é o de promover a inserção dos jovens para que não caiam na exclusão e disrupção: garantir escolaridade e capacitação profissional para que essa inserção se processe: aumentar as chances de formação dos jovens, aumentando sua capacidade de competir no mercado.

Na verdade isso reflete a resposta genericamente ensaiada por parte de quase todos os que se preocupam com os jovens no país. A importância da educação como saída para os problemas juvenis é hoje um consenso na sociedade brasileira. A necessidade de mais e melhor educação e a prioridade do investimento nela como resposta é um consenso, da direita à esquerda. A divergência se estabelece quanto ao modo de atacar esses problema: como se garante a educação, e quem é o responsável por essa garantia; se com o aumento da qualidade do ensino público, se com a privatização; o que significa qualidade; como se garante a prioridade na educação; quem é o público alvo da política educacional, etc.

Essa divergência também se vincula à polêmica mais geral de como atacar o problema da inserção social: de um lado os que afirmam que as políticas sociais tem que “corrigir o mercado”, de outro os que as postulam como direitos universais. Ou, dito de outro modo, se a maneira de estruturar a ação para favorecer a inserção dos jovens é aumentar suas chances de competir no mercado (para aqueles em situação de risco ou carência, dado que elas se apresentam de modo desfavorável em relação aos de classes mais abastadas) ou se se deve garantir, universalmente, os direitos de todos aos pré-requisitos da formação necessária para garantir sua inserção, tomando a divisão e deesiguldade social como uma realidade a ser transformada.

Pelos dados que estamos analisando aqui, parece evidente que o peso imensamente maior de quem dirige ações a jovens, pelo menos nesse bloco focado pela imprensa, é o da concepção das políticas corretivas que visam aumentar as chances de competitividade dos jovens no mercado.

A terceira das questões mais presentes nas experiências de jovens é o tema da *arte e cultura*, que desponta como uma questão fundamental da identidade e interesse dos jovens sendo abordado como um modo de aproximação e canal de desenvolvimento dos jovens. Se juntarmos a ele os temas de *esporte e lazer*, veremos que se torna bastante significativo o número de experiências que envolve um desses temas, podendo ser identificada aqui uma tendência, que parece crescente, de estruturar ações de caráter lúdico e que permitam o desenvolvimento de capacidades criativas e expressivas como parte de um processo de resgate de auto-estima e de socialização dos jovens (ver Castro e Abramovitch, 1998).

Ainda nesse bloco de questões tem relevância o tema da *saúde*: a preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis (principalmente a AIDS), com a drogadição e a gravidez precoce têm gerado preocupação crescente com informação dos jovens a respeito de seu corpo e sua saúde, e várias atividades de campanhas de conscientização e prevenção tem sido realizadas, assim como iniciativas de estruturação de serviços de atendimento e saúde específicos para a adolescência.

3 -O caráter das ações destinadas aos jovens. Nessa dimensão, o que constitui a grande maioria das ações são aquelas de caráter social, ou seja, ações de assistência, como projetos e programas de atendimento, filantrópicas e prestação de serviços de diversos tipos, visando dirimir as situações de carência, os riscos e os problemas apresentados pelos jovens: mais de metade das experiências está associada a um desses termos descritores. Por outro lado, as ações com caráter de *políticas públicas* ou de *legislação* se dão em muito menor grau, o que pode indicar que as ações dirigida aos jovens se dão ainda num registro muito mais assistencialista do que no da formulação e cumprimento de direitos. No entanto, somente um exame mais detalhado pode acrescentar qualidade a essa observação. Um outro contraste que aparece aqui é o que se percebe com a verificação da também baixa ocorrência do tema da *participação*, ou seja, aquelas que visam convocar ou mobilizar os jovens para uma atuação de caráter político ou social, que se relaciona a

apenas 10, 8% das experiências, indicando que os jovens são tomados muito mais como alvo de ações de intervenção “salvadoras”, do que como interlocutores (parceiros ou antagonistas) ou coadjuvantes de uma ação de mobilização ou intervenção visando a modificação da situação que os afeta.

VI - Modalidades de ação

Modalidades de Ação

assistência social	293
serviços de atendimento	555
bolsas	48
atividades educativas	215
atividades sócio-educ	92
atividades artísticas	82
atividades culturais	50
atividades recreativas	5
prática de esporte	29
aprendizagem profissional	208
encaminhamento para o trabalho	50
atividades geradoras de renda/remuneradas	83
medidas sócio-educativas	3
debates, encontros, palestras	115
concurso, mostra etc	40
publicação	13
políticas públicas	81
políticas sociais	41
projeto de lei	20
fiscalização	16
audiência	3
declaração	2
denúncia	12
campanhas	274
caminhada, manifestação, protesto	13
financiamento	72

Mais de 1/3 das modalidades registradas se referem a atividades de assistência, atendimento e prestação de serviços. Outro bloco significativo é o atividades de caráter educativo que, se somadas às de educação para o trabalho, representam 16,1% das

modalidades registradas. Cabe aqui notar que as atividades sócio educativas são em maior número que as puramente educativas, podendo isso significar que prevalece a preocupação com a socialização de jovens em situações de marginalidade social ou vistos como anti-sociais. A prevalência das atividades de aprendizagem sobre as de capacitação profissional parecem reforçar a percepção já esboçada na análise dos temas, de que a educação para o trabalho se concentra mais em algum tipo de adestramento e habilidade para permitir a entrada rápida no mundo do trabalho do que na habilitação propriamente profissional. A disposição em dirigir ações de encaminhamento para o mundo do trabalho também pode ser percebida se somamos essas atividades de educação laboral com as modalidades de ação que implicam apoio para a inserção no mundo produtivo (encaminhamento para o trabalho, atividades geradoras de renda, atividades remuneradas, geração de empregos): juntas, somam 15% do total das modalidades. Outro bloco significativo é o de atividades artísticas e culturais, recreativas e a prática de esporte, que juntas representam 7% das modalidades; aqui também é reforçada a percepção de uma tendência importante de propiciar atividades lúdicas e de expressão e criação aos jovens, como já observamos anteriormente. O caráter educativo e de aprendizagem também pode ser notado pelo número de experiências que dirigem aos jovens modalidades de ação como cursos e oficinas.

Num outro bloco estão as políticas públicas, as políticas sociais, os projetos de lei e as medidas de fiscalização, representam pouco mais de 6% do conjunto das modalidades; o que reforça a indicação de que as ações dirigidas aos jovens residem muito mais no plano de serviços pontuais que na formulação de políticas e legislação sobre suas questões.

Por outro lado, podemos ver que aqui o bloco constituído pelas campanhas (de conscientização, prevenção ou mobilização), significam 8,1 % do total das modalidades. Somando a esse bloco aquele das diferentes formas de debate e informação (conferência, congresso, encontro, palestra etc.) e o das diferentes formas de promoção e divulgação (concurso, exposição, festival, publicação etc.) chegamos a 15,3% do total das modalidades. Isso parece indicar a existência de um esforço para dar maior visibilidade e

importância social às questões juvenis. Contudo, as modalidades referentes à manifestação política (caminhada, manifestação, protesto, denúncia) são bastante residuais.

Há ainda um bloco referente ao financiamento e dotação de recursos para sustentar as ações dirigidas aos jovens, que também aparece pouco.